JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV – Nº 677 – Brasília, segunda-feira, 27 de abril de 1998

ICMS sobre petróleo entra em discussão

O plenário começa a discutir amanhã emenda constitucional que permite a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de petróleo e energia elétrica pelos estados produtores. O autor da proposta, senador Geraldo Melo, argumenta que a cobrança de ICMS apenas pelos estados consumidores, como ocorre atualmente, pune os produtores, geralmente pobres, e "consagra a transferência de recursos para as regiões mais ricas". Entre as outras emendas em discussão, está a que permite ao Senado limitar a concessão de benefícios fiscais pelos estados.

Página 3

COMISSÕES

CAE analisa limite para novos créditos

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve apreciar amanhã projeto do senador Esperidião Amin que reformula os limites para a obtenção de créditos por estados e municípios. A proposta torna obrigatória a presença de representante do solicitante do crédito na reunião da comissão que vier a analisar o pedido. A federalização das dívidas estaduais será tema de audiência pública prevista para amanhã, na CAE, com a presença do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente.

Página 3

A Comissão de Assuntos Econômicos debaterá com Pedro Parente a federalização de dívidas estaduais

CCJ debate fim de juízes classistas

PÁGINA 2

CAS ouve Serra sobre projeto

O ministro José Serra explica sua posição sobre os planos de saúde. Página 2

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (28.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Discussão em turno único do *Projeto de Resolução nº 36/98, que autoriza a elevação temporária do limite de endividamento da Petrobrás, para contratar empréstimo equivalente a US$ 271 milhões, junto ao The Export-Import Bank of Japan - Eximbank; votação em primeiro turno da *PEC nº 19/96, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS; votação em primeiro turno da *PEC nº 48/96, que altera o art. 57 da Constituição federal (recesso parlamentar); quinto e último dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 28/96, que altera a redação do art. 6º da Constituição federal (inclui, entre os direitos sociais, o direito à moradia); terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 50/96, que convoca plebiscito para o eleitorado decidir sobre a realização de reforma constitucional e altera o art. 55 da Constituição federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária; primeiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); primeiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); primeiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; discussão em turno único do *PLS nº 10/92, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário; discussão em turno suplementar do *PLS nº 87/96, que dispõe sobre a proteção, pelo Estado, de vítima ou testemunha de crime; discussão em turno único do *Projeto de Resolução nº 26/98, que autoriza o Rio Grande do Sul a contratar empréstimo e prestar contragarantia, com o aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US$ 70 milhões, cujos recursos serão destinados à implantação do Programa de Restauração e Manutenção das Rodovias Estaduais no Rio Grande do Sul - PNMRE; votação em turno único do *Requerimento nº 191/98, do senador Esperidião Amin, solicitando a retirada, em caráter definitivo, da PEC nº 1/98, da qual é primeiro signatário, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição federal; votação em turno único do *Requerimento nº 192/98, do senador Ademir Andrade, solicitando tramitação conjunta do PLS nº 43/98 com os Projetos de Lei nºs 3 e 24, de 1998, por versarem sobre alterações na Lei de Planos de Benefícios da Previdência Social; votação em turno único do *Requerimento nº 204/98, da CCJ, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 2, 3 e 10, de 1995; 18 e 34, de 1997; 9, 12, 13 e 14, de 1998, por versarem sobre imunidade parlamentar; votação em turno único do *Requerimento nº 205/98, da CCJ, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 89, 94 e 140, de 1997, por versarem sobre o mesmo assunto; votação em turno único do *Requerimento nº 209/98, do senador Waldeck Ornelas, solicitando a retirada do PLS nº 207/97, de sua autoria, que extingue o Programa de Integração Nacional - PIN e o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - Proterra; e votação em turno único do *Requerimento nº 219/98, da senadora Marluce Pinto, solicitando a retirada do PLS nº 200/97, de sua autoria, que dispõe sobre a expropriação de terras rurais onde se verifique a ocorrência do trabalho escravo de crianças e adolescentes

Quarta-feira (29.04.98)

14h30 - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 50/96, que altera o art. 55 da Constituição federal para prever a perda de mandato por infidelidade partidária; segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 32/96, que altera a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 24/97, que altera o art. 143 da Constituição federal (serviço civil obrigatório); segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 8/95, que dá nova redação ao inciso X do parágrafo 2º do art. 155 da Constituição federal; primeiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 37/97, que altera o parágrafo 2º do art. 72 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (base de cálculo do Fundo de Estabilidade Fiscal); votação em turno único do *Requerimento nº 226/98, do senador Lúcio Alcântara, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142 e 143, de 1995, com o PLC nº 77/97, e PLS nº 232/97, já anexados, tendo em vista que todos tratam de matéria correlata; discussão em turno único do *PLC nº 18/97, que dispõe sobre a reestruturação da Justiça Federal de Primeiro Grau da 1ª Região; discussão em turno único do *PLS nº 142/95, que cria o Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; discussão em turno único do *PLS nº 143/95, que concede incentivo tributário ao empregador participante do Programa de Estímulo ao Primeiro Emprego - Pepe; e votação em turno único do *Requerimento nº 220/98, do senador Lúcio Alcântara, solicitando tramitação conjunta do PLS nº 273/95-Complementar com os Projetos de Lei nºs 21, 25 e 75, de 1996-Complementares, por versarem sobre projetos de lei referentes a orçamento

COMISSÕES

Terça-feira (28.04.98)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte - Exposição de Pedro Parente, secretário Executivo do Ministério da Fazenda, e Eduardo Augusto Guimarães, secretário do Tesouro Nacional, acerca dos seguintes assuntos: *a)* empréstimo de transformação do Banco do Estado de Mato Grosso S/A - Bemat, no valor de R$ 284 milhões; e *b)* operações de crédito contratadas entre a Caixa Econômica Federal e diversos estados brasileiros, relativas à aquisição de dívidas decorrentes de operações de antecipação de receita orçamentária - ARO. 2ª parte - Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 134/95, que dispõe sobre a reparação de natureza econômica devida aos aeronautas e aeroviários, civis e militares, impedidos de exercer a profissão; *PLC nº 122/93, que determina a devolução aos legítimos proprietários dos valores relativos ao Fundo 157; *PLS nº 298/95, que dispõe sobre o custo de cada parcela rural em projetos de colonização oficial; *Mensagem nº 114/98, que encaminha ao Senado a programação monetária relativa ao segundo trimestre de 1998. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h30 - Comissão de Rel. Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Mensagem nº 126/98, que submete à apreciação do Senado o nome do diplomata Marco Cesar Meira Naslausky para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Santa Sé; *Mensagem nº 106/98, que submete à apreciação do Senado o nome do diplomata Marcus Camacho de Vicenzi para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Colômbia; *PDL nº 2/98, que aprova o texto do acordo sobre a construção e utilização de um prédio para a ampliação das instalações da Embaixada do Brasil em Luanda e para a habitação dos funcionários diplomáticos, técnicos e administrativos, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da República Popular de Angola; *PDL nº 13/98, que aprova o texto do protocolo de integração educacional para a formação de recursos humanos em nível de pós-graduação entre os países-membros do Mercosul; e *PDL nº 14/98, que aprova o texto do protocolo de integração cultural do Mercosul. *Sala 7 - Ala Senador Alexandre Costa*

Quarta-feira (29.04.98)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: 1ª parte - *Mensagem nº 115/98, que submete à apreciação do Senado o nome de Aldir Guimarães Passarinho Júnior, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga reservada a juízes dos TRFs e decorrente da aposentadoria do ministro José de Jesus Filho. **11h** - 2ª parte - Audiência pública para a instrução da *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; exposição do ministro Almir Pazzianotto, corregedor-geral da Justiça do Trabalho, e participação do ministro Ermes Pedro Pedrassani, presidente do Tribunal Superior do Trabalho. *Sala 5 - Ala Senador Alexandre Costa*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Audiência pública para instrução do substitutivo da Câmara ao *PLS nº 93/93, que regulamenta o setor de planos e seguros de saúde. Convidado: ministro de Estado da Saúde, José Serra. *Sala 9 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLC nº 12/97, que dispõe sobre os estágios de estudantes, alterada pela Lei nº 8.859/94; *PLC nº 52/97, que dispõe sobre a gestão democrática do ensino público; *PLC nº 61/97, que dispõe sobre a educação ambiental e institui a política nacional de educação ambiental; *PLS nº 263/95, que dispõe sobre a educação à distância; *PDL nº 108/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Rio Grande Ltda., na cidade de Rio Grande, Rio Grande do Sul; *PDL nº 84/97, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Ribeirão Preto Ltda., em São Paulo; e *PDL nº 119/97, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itaí Ltda., na cidade de Guaíba, Rio Grande do Sul. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

Corregedor-geral da Justiça do Trabalho será ouvido na reunião das 11 horas

Extinção de juízes classistas vai a debate na quarta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), realiza nesta quarta-feira nova audiência pública destinada a discutir a proposta de emenda constitucional que extingue os juízes classistas na Justiça trabalhista. Participarão do debate, marcado para as 11h, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto, e o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Ermes Pedro Pedrassani.

A proposta, de iniciativa do senador Gilberto Miranda (PFL-AM), já tem parecer favorável da CCJ, nos termos de substitutivo elaborado pelo relator, senador Jefferson Péres (PSDB-AM). O substitutivo mantém a representação dos juízes classistas somente nas juntas de conciliação e julgamento, e sem remuneração. Durante o primeiro turno de discussão em plenário, a matéria recebeu três emendas, e por isso voltou à comissão. A proposta deverá, portanto, retornar ao plenário, para a primeira votação.

Serra fala sobre projeto dos planos de saúde

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senador Ademir Andrade (PSB-PA), convocou para a quarta-feira, às 10h, audiência pública para a instrução do projeto de lei que regulamenta o setor de planos e seguros de saúde, com a presença do ministro da Saúde, José Serra.

É a primeira vez que, na condição de ministro da Saúde, Serra vem para uma audiência pública no Senado, e ele deverá esclarecer a posição do governo em relação a esse projeto, que fixa normas sobre atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas.

Para Sebastião Rocha (PDT-AP), relator da matéria, Serra deverá trazer a solução, propiciando um entendimento entre os diversos interesses envolvidos.

CRE examina acordo sobre poluição por óleo

O texto da Convenção Internacional sobre Preparo, Resposta e Cooperação em Caso de Poluição por Óleo, concluída em Londres, em 1990, com o intuito de preservar o meio ambiente marinho, será examinado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na reunião de amanhã, às 17h30.

A convenção cria uma rede mundial de combate à poluição do mar por petróleo e seus derivados e prevê assistência internacional no caso de grandes acidentes, troca de tecnologia e treinamento de pessoal especializado.

A conferência fez parte dos preparativos para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Eco 92).

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes
Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editor-Chefe – Djalba Lima
Editores – Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Revisão – Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

Participação popular no Orçamento volta à CAE

O projeto de lei que garante a participação popular no processo orçamentário voltará à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), para exame de emenda substitutiva apresentada em plenário pelo senador Romero Jucá (PFL-RR). A comissão já aprovara parecer favorável ao projeto, de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O texto original prevê a participação direta dos cidadãos ou entidades civis no processo de elaboração, aprovação e controle da execução do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e das leis orçamentárias anuais nos três níveis de governo: federal, estadual e municipal. Para isso, estabelece a realização de audiências públicas e a iniciativa popular na apresentação de indicações, proposições e emendas.

A proposta de Simon propõe a realização de audiências públicas, pelo Poder Executivo, para dar conhecimento dos projetos, quando também seriam apresentados os questionamentos dos cidadãos e suas propostas. As comissões do Poder Legislativo fariam audiências públicas sobre os projetos em discussão e também para apreciação de relatórios de fiscalização dos tribunais de contas.

As audiências públicas deverão ser precedidas de grande publicidade, com ênfase na divulgação do calendário, da pauta e dos locais onde serão realizadas. As formas de organização e funcionamento das audiências públicas, a participação popular e de entidades e os critérios para atendimento das demandas, além do número de assinaturas necessárias para encaminhamento de emendas populares, serão definidas em leis federais, estaduais e municipais em até 360 dias após a promulgação da lei.

Legalização do jogo tem parecer contrário

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) volta a discutir amanhã o projeto de lei que legaliza o jogo de azar no Brasil. A proposta, já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), recebeu parecer contrário do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Segundo o relator, não existem evidências dos benefícios que esta atividade traria ao país e nem mesmo a possibilidade de maior arrecadação tributária seria razão suficiente para a aprovação do projeto.

- É muito difícil o controle absoluto das movimentações financeiras de um cassino, pela velocidade e número de transações ali praticadas, o que pode conduzir à sonegação dos valores verdadeiros com o objetivo de minimizar a carga tributária incidente - justifica Lúcio Alcântara.

Por outro lado, há senadores que vêem como salutar a liberação do jogo no país, apontando a atividade como um incentivo ao turismo e geradora de empregos. O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) é um dos defensores da proposta, tendo, inclusive, apresentado voto em separado.

- Esta Casa tem que decidir se permite os jogos de azar, conduzidos por uma indústria legalizada, pagando impostos, gerando empregos e divisas para o país; ou se vamos continuar a ver na imprensa a criminalidade imperar na clandestinidade dos jogos e a impunidade crescer - afirmou Gilberto Miranda.

Aeroviários lutam por reparação econômica

A Comissão de Assuntos Econômicos aprecia amanhã projeto de lei do senador Roberto Freire (PPS-PE) que regulamenta o dispositivo constitucional que garante reparação econômica a aeronautas e aeroviários impedidos, por atos institucionais durante o regime militar, de exercerem a profissão. A Constituição concedeu anistia a todos os que, desde 1946, foram atingidos por atos de exceção e em decorrência de motivação exclusivamente política.

De acordo com o relator da matéria, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), a lei deveria ter entrado em vigor em outubro de 1989, pois a Constituição deixa bem claro que os aeronautas e aeroviários punidos e anistiados também têm direito à aposentadoria. No entanto, dois projetos neste sentido, aprovados pelo Congresso anteriormente, foram integralmente vetados pelo presidente como "inconstitucionais".

O senador Ney Suassuna, em seu relatório, eliminou os dispositivos considerados inconstitucionais. "O projeto passou a não confrontar os ditames constitucionais sobre a matéria. Ademais, a iniciativa é, de fato, do Congresso Nacional e já deveria ter sido consubstanciada há mais de oito anos", afirmou o relator.

Projeto delega aos estados produtores de petróleo e energia elétrica a cobrança do tributo, que hoje é feita pelos estados consumidores

Plenário discute nova fórmula para o ICMS

O plenário começará a discutir amanhã proposta de emenda constitucional do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), que permitirá aos estados produtores de petróleo e de energia elétrica a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de tais produtos. Hoje, essa tributação fica com os estados consumidores, na venda de derivados de petróleo e na distribuição de energia.

Melo: "transferência de renda"

Geraldo Melo pondera em sua justificativa que, para o consumidor, não haverá qualquer aumento de custos, pois o ICMS é um imposto não cumulativo, ou seja, ele só pode ser cobrado uma vez. No entanto, os estados onde se localizam os poços de petróleo e as hidrelétricas, que pela atual legislação nada recebem de ICMS, ficarão com o tributo.

Conforme o autor da proposta, os estados produtores geralmente são pobres. Assim, "punindo o estado produtor, proibindo-o de arrecadar o tributo, e ao transferir para o estado consumidor toda a receita, a Constituição consagra absurdamente um mecanismo permanente de transferência de renda das regiões mais pobres para as mais ricas, sem gerar qualquer benefício para a sociedade".

Também amanhã, o plenário discutirá outras cinco emendas constitucionais, podendo votar três delas. A primeira, do senador licenciado Waldeck Ornelas (PFL-BA), dá poderes ao Senado para votar uma resolução contendo os parâmetros para que os estados concedam qualquer incentivo fiscal. A segunda, de autoria do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), transfere o recesso do Congresso Nacional de julho, nos anos eleitorais, para os 30 dias que antecederem as eleições.

Outra emenda que pode ser votada a partir de amanhã, do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), inclui a moradia entre os direitos sociais dos brasileiros. A quarta emenda, ainda em fase de discussão pelo plenário, convoca um plebiscito para que os eleitores digam, nas eleições deste ano, se concordam com uma nova revisão constitucional, que seria feita em 1999. O autor da emenda, senador Pedro Simon (PMDB-RS), incluiu um artigo determinando a perda de mandato para o deputado federal ou senador que se desfiliar do partido pelo qual foi eleito.

Comissão ouve Pedro Parente

Com a presença do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, e do secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Augusto Guimarães, a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) promove audiência pública amanhã, a partir das 10h, para debater a federalização de dívidas estaduais.

Os dois secretários deverão prestar informações sobre um empréstimo de R$ 284 milhões para o Banco de Mato Grosso (Bemat) e as operações de crédito contratadas entre a CEF e diversos estados brasileiros, relativas à aquisição de dívidas decorrentes das chamadas operações de antecipação de receitas orçamentárias (ARO).

Tanto o crédito para o Bemat quanto a parceria da CEF com os estados, buscando uma federalização das dívidas estaduais, se relacionam com o projeto de reformulação do sistema financeiro nacional e estímulo à privatização dos bancos estaduais.

Endividamento dos estados preocupa

As operações de crédito, que endividam estados e municípios, estão na pauta da reunião de amanhã da Comissão de Assuntos Econômicos. A comissão analisa projeto de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), que reformula os limites e estabelece novas condições para a obtenção de créditos internos e externos por estados e municípios. Uma das alterações é a que obriga a presença de representante do solicitante na reunião da CAE que vier a analisar o pedido de empréstimo.

- Desta forma, viabiliza-se uma análise mais aprofundada dos pleitos, tanto pela ótica da utilização dos recursos pelo pleiteante, quanto pela ótica do impacto da operação sobre o endividamento público - esclareceu o relator da matéria, senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), que apresentou substitutivo ao projeto.

A proposta estabelece um maior cuidado no trato das operações de Antecipação de Receita Orçamentária (ARO), com as quais os governos podem compensar as flutuações de suas arrecadações. A intenção é coibir o uso abusivo deste instrumento. Para Kleinübing, as operações de ARO "foram transformadas em uma espécie de cheque especial, do qual se utiliza o limite integral, durante todo o ano".

O substitutivo reduz o montante global das operações em um exercício financeiro de 27% para 18% da Receita Líquida Real. O senador enfatiza que a Receita Líquida Real engloba toda a administração de estados e municípios, incluindo fundações e autarquias.

A comissão analisa também o projeto, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), que compromete 50% dos recursos oriundos das privatizações com programas nas áreas de saúde, educação e reforma agrária.

O projeto recebeu parecer contrário do senador Esperidião Amin, que alega já existir legislação disciplinando a destinação dos recursos. De acordo com Amin, há uma medida provisória estabelecendo que os recursos em moeda corrente deverão amortizar a dívida pública e custear programas e projetos nas áreas de ciência e tecnologia, defesa nacional, segurança pública e meio ambiente. O senador catarinense lembra que 81,4% do valor arrecadado até agora veio na forma de títulos da dívida pública, as chamadas "moedas podres".

Senador quer exigir concorrência internacional para comprar bens adquiridos em razão de acordos com outros países

Miranda pede mais controle sobre uso de dinheiro externo

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) apresentou projeto de resolução vinculando à realização de concorrência pública internacional a autorização para aquisição de bens e serviços oriundos de acordos bilaterais ou multilaterais assinados pelo Brasil.

Miranda: transparência

O projeto, que está em apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos, altera a Resolução 96, de 1989, do Senado, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo da União e estabelece limites e condições para a concessão de garantia nessas operações.

Miranda diz que os contratos de fornecimento, firmados no âmbito desses acordos internacionais, são focos inequívocos de suspeição. "Nem o poder público nem este Senado têm como auditar os superfaturamentos existentes, a falta de controle das similaridades com os produtos nacionais, o atraso tecnológico e outros itens eivados de distorções ou corrupção", explica.

O senador pelo Amazonas pondera que o Senado tem poderes para dispor sobre limites e condições para as operações de crédito externo e interno da União, das autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal. "Mas é preciso explicitar que esses empréstimos externos, quando destinados à compra de bens e serviços decorrentes de acordos bilaterais e multilaterais, precisam se realizar com as cautelas específicas de uma concorrência internacional", observa.

Miranda afirma "não ser possível o Senado continuar autorizando, indiscriminadamente, empréstimos externos amarrados em dois pilares: acordos bilaterais de um lado e empresas já definidas, mancomunadas com o comprador, sem exigir uma concorrência pública que discipline e dê transparência ao processo". Ele lembra que a Lei 8.666, de 1996, já veda essa autorização legislativa sem concorrência.

Campos defende apoio a indústrias endividadas

Como forma de aliviar o efeito dos altos juros e da competição resultante da abertura de mercado, o senador Júlio Campos (PFL-MT) propôs sexta-feira em plenário a criação de um Programa de Reestruturação Industrial. A proposta visa financiar a modernização das indústrias, beneficiando "as empresas que agora se vêem mais afogadas em dívidas e que não têm condições de pagar".

Campos sugere securitização

O programa, apresentado originalmente pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (Fiemt), prevê o aporte, às indústrias, de recursos capazes de viabilizar sua recuperação operacional, garantindo sua competitividade no mercado internacional. Como conseqüência, argumentou Campos, mais empregos seriam gerados.

O programa de auxílio às indústrias teria como modelo a securitização obtida no ano passado pelo setor agropecuário e que, segundo Campos, produziu excelentes resultados, trazendo de volta ao campo produtores que já haviam abandonado a atividade.

- A sistemática de financiamento teria prazos de amortização compatíveis com a real capacidade de pagamento demonstrada pelo fluxo de caixa de cada empresa, contemplando cada setor industrial com o tratamento diferenciado que sua situação exigir - resumiu o senador.

João Rocha reivindica política de turismo

Na busca de um melhor desempenho do Brasil no setor de turismo, não há espaço para amadorismo e nem para omissão, alertou sexta-feira o senador João Rocha (PFL-TO). Ele defendeu a implementação de uma política de turismo para o Brasil, "resgatando-a do limbo dos meros documentos técnicos, produzidos em profusão pelos governos".

- Necessitamos de uma clara definição de responsabilidades e competências, de uma normatização atualizada e realista e do estabelecimento de parcerias capazes de impulsionar o turismo como projeto de verdadeira redenção nacional - disse o senador.

João Rocha lembrou que, apesar de seu potencial turístico, o Brasil vem apresentando um desempenho medíocre e constantes déficits na conta turismo do balanço de pagamentos, em decorrência do fato de que há mais brasileiros dispostos a gastar no exterior do que estrangeiros dispostos a gastar no Brasil.

João Rocha cobra profissionalização

Ele informou que, de acordo com especialistas, o Brasil poderia faturar US$ 90 bilhões ao ano com o turismo, exatamente o dobro do que recebe atualmente. João Rocha relacionou entre os fatores responsáveis pelo fraco desempenho do Brasil nessa área a precária infra-estrutura, os preços altos, a falta de informações sobre locais turísticos, o lixo, o trânsito e o mau atendimento nos hotéis.

Homenagem a Lucena, Motta e Luís Eduardo

O senador Júlio Campos manifestou sexta-feira, em plenário, sua saudade e gratidão a três homens públicos que morreram nas últimas semanas: o senador Humberto Lucena, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, e o líder do governo na Câmara, deputado Luís Eduardo Magalhães.

Campos lembrou que serviu como primeiro-secretário do Senado durante a presidência do senador Humberto Lucena. "Foi uma convivência maravilhosa. Lucena foi um homem probo, digno, um democrata", declarou.

O senador definiu Motta como "o grande condutor das reformas e da modernização, através da privatização do sistema de telecomunicações no país", que, segundo ele, "vai fazer muita falta a Fernando Henrique".

Mas dedicou a maior parte de seu discurso a Luís Eduardo, lembrando que ele era o grande projeto do partido: "O PFL o tinha como futuro presidente do Brasil. Estávamos investindo tudo nele para que fosse a grande opção para 2002", ressaltou. Para a família Magalhães, o senador reservou palavras de solidariedade, estendidas ao povo baiano.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre sua proposta de uma nova revisão constitucional em 1999
8h - "Cidadania" - debate entre a deputada federal Marta Suplicy e o sociólogo Luiz Mello sobre o projeto de lei que trata da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo
9h30 - Entrevista com o senador Pedro Simon sobre sua proposta de uma nova revisão constitucional em 1999
10h - Especial Ariano Suassuna
12h15 - Entrevista com o senador Pedro Simon sobre sua proposta de uma nova revisão constitucional em 1999
13h15 - "Cidadania" - debate entre a deputada federal Marta Suplicy e o sociólogo Luiz Mello sobre o projeto de lei que trata da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo
14h30 - Sessão plenária não deliberativa (vivo)
18h45 - Entrevista com o senador Pedro Simon sobre sua proposta de uma nova revisão constitucional em 1999
19h30 - "Cidadania" - debate entre a deputada federal Marta Suplicy e o sociólogo Luiz Mello sobre o projeto de lei que trata da parceria civil entre pessoas do mesmo sexo
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
20h40 - "Senado em Pauta"
21h - Sessão plenária (reapresentação)
0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
0h40 - "Senado em Pauta"
1h - Mulheres em Debate
2h - "Jornal da Amazônia"
2h15 - "Senado em Pauta"
2h30 - Especiais
6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
6h40 - "Senado em Pauta"

Obs: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala Cidadão"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
14h15 - "Plenário em Revista"
14h30 - Sessão plenária
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
0h - Retransmissão da sessão plenária
3h - Música e informação até as 7h30

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELO SENADOR GERALDO MELO